



ACORDAMENTO DO DIA

29

05

96 Estado da Paraíba

28

03

Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

PROJETO DE LEI Nº 470/96

Reconhece de Utilidade Pública  
a IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA  
e dá outras providências.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**


**Art. 1º** - Fica reconhecida de Utilidade Pública a IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA, com sede e foro na cidade de Sousa, neste Estado.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em  
João Pessoa, 28 de maio de 1996.

  
**INALDO LEITÃO**  
Deputado Estadual

Assessor do Plenário  
Diretor do Serviço de Registro  
29 05 96  
  
Diretor da Ass. do Plenário



*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



**JUSTIFICATIVA:**

A Igreja Batista da Fê de Sousa tem por objetivo o fortalecimento espiritual da sociedade difundindo o santo Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo, para salvação dos pecadores, batizar os convertidos, ministrar a Ceia do Senhor, e promover a edificação espiritual dos seus membros por meio do ensino e da prática das Escrituras Sagradas.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba,  
João Pessoa, 28 de maio de 1996.

**INALDO LEITÃO**  
Deputado Estadual



Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 470 Sob Nº 470  
em, 29 / 05 / 19 96  
Ne

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia 1 / 1 /  
de 19 96  
em                      / 10                       
SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa  
Em                      /                      /                       
                      
Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator  
o Deputado Luiz Carlos  
Em, 29 / 05 / 19 96  
                      
Presidente



*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Eptácio Pessoa*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI 470/96

Reconhece de Utilidade Pública a  
Igreja Batista da Fé de Sousa, e  
dá outras providências.

AUTOR: O EXMO. SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO

RELATOR: O EXMO. SR. DEPUTADO LUIZ COUTO

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

A Casa de Eptácio Pessoa recebe em tramitação, o Projeto de Lei nº 470/96, de autoria do insigne Deputado Leitão, que pretende que esta Casa " Reconheça de Utilidade Pública a Igreja Batista da Fé de Sousa, e dá outras providências".

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição de iniciativa parlamentar visa a reconhecer como de Utilidade Pública uma Instituição Religiosa, sem fins lucrativos, com finalidade de adorar a Deus em Espírito e em verdade e difundir o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo.

Portanto, meus nobres pares desta douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, esta Casa Legislativa tem dado o seu aval a tantas outros Projetos de Leis de igual teor, que este Relator também concorda com a pretensão do ilustre Deputado Inaldo Leitão.

Face ao exposto, considero o Projeto de Lei em epígrafe, como redigido em boa técnica legislativa e revestido de plena constitucionalidade, o que faz com que este Relator recomende



*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

- 02 -

aos seus pares com assento nesta douta Comissão de Constituição, Jus-  
tiça e Redação, pela sua aprovação.

Por uma consciência jurídico-constitucional,  
É O VOTO.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Re-  
dação, em João Pessoa, 10 de junho de 1996.

DEPUTADO LUIZ COUTO

R E L A T O R

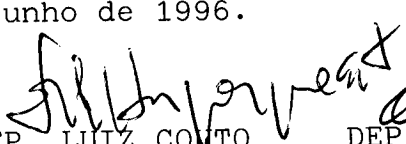
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação ,  
reunida em sua plenitude, decide por acatar o Voto dado pelo Senhor  
Relator ao Projeto de Lei Nº 470/96, de autoria do nobre Deputado  
Inaldo Leitão, e aprova a proposição em epígrafe.

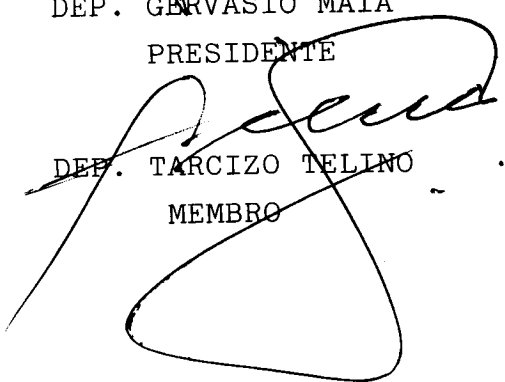
É O PARECER.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Re-  
dação, em João Pessoa, 10 de junho de 1996.

  
DEP. GERVÁSIO MAIA  
PRESIDENTE

  
DEP. LUIZ COUTO  
RELATOR

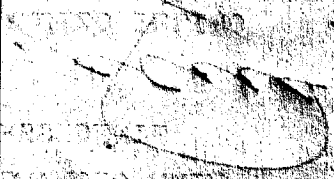
  
DEP. ANTÔNIO IVO  
MEMBRO

  
DEP. TARCIZO TELINO  
MEMBRO

DEP. AÉRCIO PEREIRA  
MEMBRO

  
DEP. JANY BRAGA  
MEMBRO

  
DEP. ZENÓBIO TOSCANO  
MEMBRO



*Handwritten signature or initials.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

*Handwritten text, possibly a date or name.*

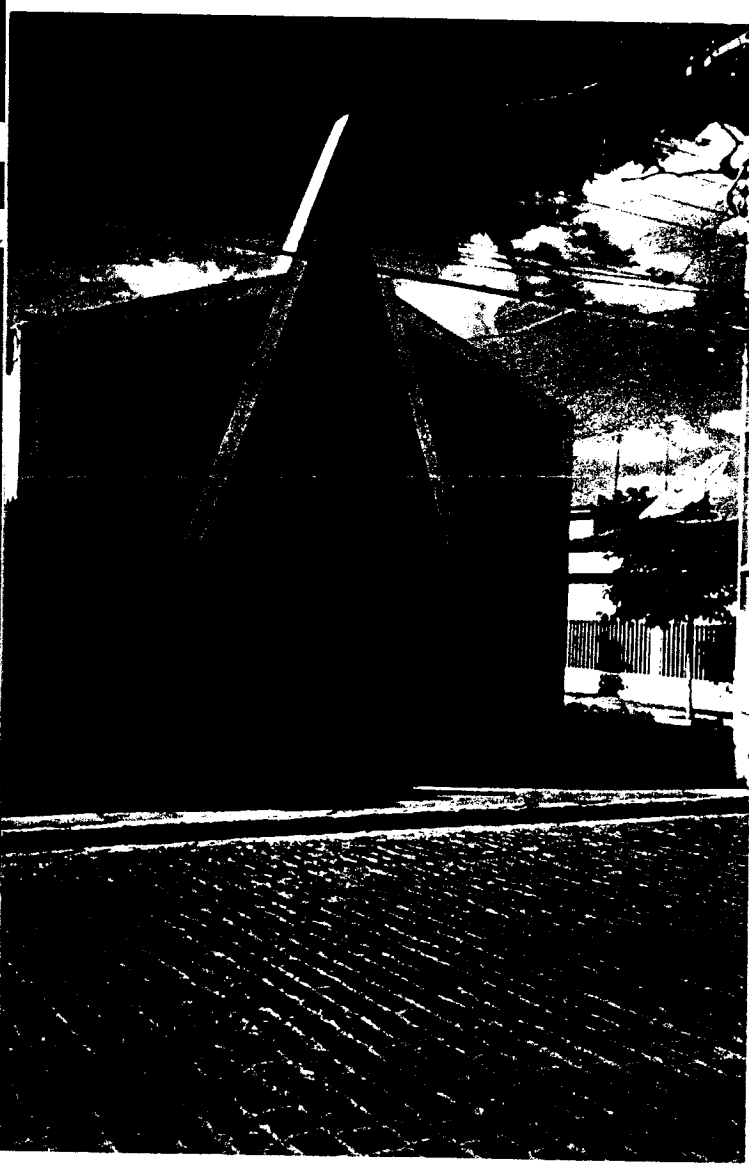
*Handwritten text, possibly a date or name.*



"DÊ ESPERANÇA A UMA CRIANÇA"  
TRABALHO COM CRIANÇAS CARENTES DO ANGELIM.  
SOUSA- PB



TRABALHO INTERMUNICIPAL COM CRIANÇAS



PRÉDIO ATUAL (INADEQUADO)

EXC<sup>ma</sup> S<sup>ra</sup> DEPUTADO INALDO LEITÃO.

Este é uma pequena parte do nosso  
trabalho com crianças carentes  
no Bairro onde fica nossa Igreja.



Parecer dos Auditores Independentes

Examinamos o balanço patrimonial consolidado da CIA. PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND - CINEPAR e sua controlada ITAPITANGA EMPRESA DE MINERAÇÃO S.A., levantado em 31 de dezembro de 1983 e as correspondentes demonstrações consolidadas de resultados, da movimentação das contas do patrimônio, e da origem e aplicação dos recursos do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos exame cõsoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Em face de o exame circunscrever-se, apenas, ao exercício atual, visto que o anterior fora examinado por outro profissional, deixamos de nos pronunciar quanto à consistência dos registros, em termos comparativos, embora tenhamos constatado a uniformidade e a regularidade dos procedimentos que vem a empresa adotando, com base em normas de serviços criteriosamente elaboradas.

Somos de parecer que o referido balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações consolidadas de resultados, da movimentação das contas do patrimônio líquido e de origem e aplicação dos recursos são fidedignas demonstrações da posição financeira da CIA. PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND - CINEPAR e a sua controlada, em 31 de dezembro de 1983 e resultado das operações do exercício de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos.

Em 16 de março de 1984.

Tamires Pelinca da Costa

Contador CRC-PE nº 2265 - "S" - RN-BA-PB-AL-CE-PA

João Pessoa (PB), 16 de março de 1984.

A Administração

Geraldo Travassos da Silva

Cont. CRC nº 3027 - "S" - PB

Felo presente Edital, nos termos do artigo

531, combinado com o artigo 509, inciso III, do Regulamento do Sistema Tributário Estadual, aprovado pelo Decreto nº 8.473, de 23 de abril de 1980, fica intimada a firma ESTOPIDOS GLOBO LTDA... ins - criação estadual nº 16.021.562-5, número do processo 070/83, auto de infração nº 05465 de 17.08.83, sediada a BR 230 Km 14 Estrada de Cabedelo-PB, a efetuar o pagamento do seu débito para com a Fazenda Estadual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, ou, em igual período, recorrer da decisão de 1ª Instância ao Conselho de Recursos Fiscais. O não atendimento da exigência acima implicará no lançamento do referido débito em DÍVIDA ATIVA e consequente remessa à Assessoria Jurídica para cobrança executiva judicial.

Coletoria Estadual de Cabedelo em, 05 de abril de 1984.

Vara Lucina Andrade Venâncio  
- Coletora -

**ESTATUTOS DA IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUZA-NOME E SEDE-ART. 1º- A IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUZA, organizada em 09 de dezembro 1978, é uma comunidade religiosa com sede e foro na cidade de Souza, Paraíba. FINALIDADE-ART. 2º- A finalidade da Igreja é adorar a Deus em Espírito e em verdade, difundindo o santo Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo, para salvação dos pecadores, batizar os convertidos, ministrar a Ceia do Senhor, promover a edificação espiritual dos membros por meio do ensino e da prática das escrituras Sagradas. OBJETIVA-ART. 3º- A Igreja tem as Sagradas Escrituras como única regra de fé e conduta. 4º- A Igreja na data da organização, adota a declaração de fé do Seminário Batista do Cariri. ASSOCIAÇÕES-ART. 4º- Esta Igreja é independente e autônoma e funda esta base voluntariamente, coopera com a Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil. MEMBROS- ART. 5º- ADMISSÃO. Esta Igreja compõe-se de ilimitado número de membros de qualquer nacionalidade e condição social, crentes em nosso Senhor Jesus Cristo, e cuja fé seja corroborada por uma vida santa e piedosa conforme preceitos do Evangelho, os quais se declaram em pleno acordo com os princípios, a prática e a doutrina desta Igreja. Dar-se-á a admissão de novos membros por votação da Igreja por um dos meios seguintes: I- Pela profissão da fé e batismo por imersão. II- Por carta de missoria de outra Igreja da mesma ordem e fé. III- Por testemunho no caso de um membro batizado por imersão, quando por motivos alheios a sua vontade não seja potável de carta demissoria. IV- Por reconciliação. ART. 6º- DEMISSÃO. Dar-se-á demissão de membros da Igreja por decisão desta por qualquer das seguintes maneiras: I- Por carta demissoria a qualquer membro em plena comunhão, a seu pedido, para fazer parte de outra Igreja da mesma fé e ordem. II- Por exclusão de qualquer membro desde que ele deixe de reger a sua vida pelo padrão dos ensinamentos bíblicos. III- Por inatividade, após um ano, sendo que nos últimos seis meses será colocado no rol de membros inativos sem os direitos normais. ADMINISTRAÇÃO ART. 7º- A Igreja é um corpo autônomo, independente e soberano, governa-se a si mesma, não se submete a nenhuma outra Igreja ou autoridade eclesial. ART. 8º- A Igreja exerce a sua ação pelos seguintes órgãos: I- SESSÃO ORDINÁRIA: que é a reunião mensal que deverá ser assistida por mais da metade dos membros da Igreja em plena comunhão. No caso de segunda convocação, funcionará com qualquer número. II SESSÃO**

**EXTRAORDINÁRIA: pode haver quantas forem necessárias, sendo exigida para sua legalidade o mesmo que se requer para a sessão ordinária. III- SESSÃO ANUAL: haverá a sessão anual da Igreja no mês de dezembro, para eleger novos oficiais e ouvir a prestação de conta da diretoria, e resolver negócios, devendo ser assistida por mais da metade dos membros em plena comunhão. No caso de segunda convocação, oito dias depois com qualquer número de membros não sendo inferior a um terço dos membros ativos. DIRETORIA E OFICIAIS- ART. 9º- A Igreja elegera entre os seus membros, em sessão anual, uma Diretoria composta de: um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e os diáconos. ART. 10º- A Diretoria compete: I- Administrar o patrimônio da Igreja. II- Representar a Igreja ativa e passivamente em juízo e fora dela. III- Executar as determinações da Igreja. IV- Assinar todos os documentos que se fizerem necessários. V- Prestar contas anuais de sua gestão. PARÁGRAFO ÚNICO- As deliberações da Diretoria só terão validade depois de aprovadas pela Igreja em sessão por ela convocada. PATRIMÔNIO- ART. 11º- O patrimônio da Igreja será constituído de totalidade de seus bens móveis e imóveis existentes até a data da publicação do presente estatuto e dos que venha adquirir posteriormente; de fundos pecuniários, títulos, depósitos das receitas pecuniárias por ela levantados. PARÁGRAFO ÚNICO- A Igreja só responderá com seus bens pelos compromissos assumidos com a sua expressa autorização. DISPOSIÇÕES GERAIS ART. 12º O presente estatuto só poderá ser reformado em sessão especialmente convocada para esta fim, pelo voto de dois terços dos membros em plena comunhão com a Igreja, não sendo permitida a mudança de posição desta, como Igreja Batista Neotestamentária. ART. 13º- Os casos omissos no presente estatuto a Igreja resolverá em suas sessões. ART. 14º- Os artigos 2º e 3º são irrevogáveis. ART. 15º- Além dos presentes Estatutos a Igreja poderá adotar um regimento interno. ART. 16º- A Igreja sustenta, exclusivamente das ofertas, doações ou dízimos voluntários, não aceitamos subvenção ou dadas de qualquer governo nacional ou estrangeiros. ART. 17º- Os membros da Igreja não respondem subsidiariamente por nenhum compromisso assumido pela mesma. ART. 18º- Em caso de dissolução da Igreja todos os bens e as suas propriedades passarão para a Igreja da mesma fé e ordem mais próxima. Em caso de divisão da Igreja todos os bens e as suas propriedades ficarão para a maioria a que se conservar fiel aos princípios dos artigos 2º e 3º.**

# ESTATUTOS DA IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA

## NOME E SEDE

Art. 1º - A IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA, organizada em 22 de dezembro de 1978, é uma comunidade religiosa com sede e foro na cidade de Sousa, Paraíba.

## FINALIDADE

Art. 2º - A finalidade da Igreja é adorar a Deus em Espírito e em verdade, difundir o santo Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo, para salvação dos pecadores, batizar os convertidos, ministrar a Ceia do Senhor, e promover a edificação espiritual dos seus membros por meio do ensino e da prática das Escrituras Sagradas.

## DOCTRINA

Art. 3º - A Igreja tem as Sagradas Escrituras como única regra de fé e conduta. A Igreja, na data da organização, adota a declaração de fé do Seminário Batista do Cariri.

## ASSOCIAÇÕES

Art. 4º - Esta Igreja é independente e autônoma e sobre esta base, voluntariamente, coopera com a Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil.

## MEMBROS

Art. 5º - **ADMISSÃO.** Esta Igreja compõe-se de ilimitado número de membros de qualquer nacionalidade e condição social, crentes em nosso Senhor Jesus Cristo, e cuja fé seja corroborada por uma vida santa e piedosa conforme preceitua o Evangelho, os quais se declaram em pleno acordo com os princípios, a prática e a doutrina desta Igreja. Dar-se-á a admissão de novos membros por votação da Igreja por um dos meios abaixo-indicados:

- I. - Mediante profissão da fé e batismo por imersão.
- II. - Por carta demissória de outra Igreja da mesma fé e ordem,
- III. - Por testemunho no caso de uma pessoa, batizada por imersão, quando por motivos alheios a sua vontade não seja portadora de carta demissória.
- IV. - Por reconciliação.

Art. 6º - **DEMISSÃO.** Dar-se-á demissão de membros da Igreja por decisão desta por qualquer das seguintes maneiras:

- I. - Por carta demissória a qualquer membro em plena comunhão, a seu pedido, para fazer parte de outra Igreja da mesma fé e ordem.
- II. - Por exclusão de qualquer membro desde que ele deixe de reger a sua vida pelo padrão dos ensinamentos bíblicos.
- III. - Por inatividade, após um ano, sendo que nos últimos seis meses será colocado no rol de membros inativos sem os direitos normais.

## ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º - A Igreja é um corpo autônomo, independente e soberano, governa-se a si mesma, não se submete a nenhuma outra Igreja ou autoridade eclesiástica.



Art. 8º - A Igreja exerce a sua ação pelos seguintes órgãos:

- I. - SESSÃO ORDINÁRIA: que é a reunião mensal que deverá ser assistida por mais da metade dos membros da Igreja em plena comunhão. No caso de segunda convocação, funcionará com qualquer número.
- II. - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA: podendo haver quantas forem necessárias, sendo exigido para sua legalidade o mesmo que se requer para a sessão ordinária.
- III. - SESSÃO ANUAL: haverá a sessão anual da Igreja no mes de dezembro, para eleger novos oficiais, e ouvir a prestação de conta da diretoria, e resolver negócios, devendo ser assistido por mais da metade dos membros em plena comunhão. No caso de segunda convocação, oito dias depois com qualquer número de membros não sendo inferior a um terço dos membros ativos.

#### DIRETORIA E OFICIAIS

Art. 9º - A Igreja elegerá entre os seus membros, em sessão anual, uma Diretoria composta de: um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretarios, 1º e 2º tesoureiros, e os diáconos.

Art. 10º - A Diretoria compete:

- I. - Administrar o patrimônio da Igreja.
- II. - Representar a Igreja ativa e passivamente em juizo e fora dela.
- III. - Executar as determinações da Igreja.
- IV. - Assinar todos os documentos que se fizerem necessários.
- V. - Prestar contas anuais de sua gestão.

Paragrafo único - As deliberações da Diretoria só terão validade depois de aprovadas pela Igreja em sessão por ela convocada.

#### PATRIMÔNIO

Art. 11º - O patrimônio da Igreja será constituído da totalidade de seus bens móveis e imóveis existentes até a data da publicação do presente estatuto e dos que venha adquirir posteriormente; de fundos pecuniários e títulos, depósitos das receitas pecuniárias por ela levantados.

Parágrafo único - A Igreja só responderá com seus bens pelos compromissos assumidos com a sua expressa autorização.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º - O presente estatuto só poderá ser reformado em sessão especialmente convocada para este fim, pelo voto de dois terços dos membros em plena comunhão com a Igreja, não sendo permitida a mudança de posição desta, como Igreja Batista Neotestamentária.

Art. 13º - Os casos omissos no presente estatuto a Igreja resolverá em suas sessões.

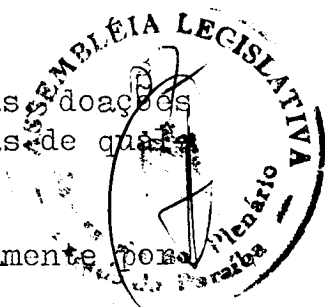
Art. 14º - Os artigos 2º e 3º são irrevogáveis.

Art. 15º - Além dos presentes Estatutos a Igreja poderá adotar um regimento interno.

Art. 16º - A Igreja sustenta-se exclusivamente das ofertas, doações ou dízimos voluntários, não aceitando subvenção ou dádivas de qualquer governo nacional ou estrangeiro.

Art. 17º - Os membros da Igreja não respondem subsidiariamente por nenhum compromisso assumido pelo mesmo.

Art. 18º - Em caso de dissolução da Igreja todos os bens e as suas propriedades passarão para a igreja da mesma fé e ordem mais próxima. Em caso de divisão da Igreja todos os bens e as suas propriedades ficarão para a maioria que se conservar fiel aos princípios dos artigos 2º e 3º.



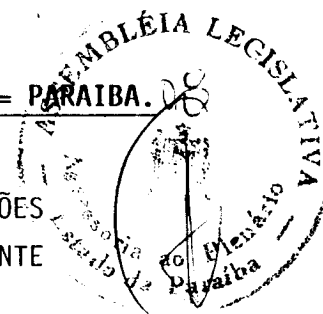
ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA DELEGACIA DE SOUSA = PARAIBA.



EM FACE DAS INFORMAÇÕES  
ATESTO AFIRMATIVAMENTE

16/05/1996

Bel. Vicente Amorim Filho  
Delegado da Polícia Civil  
MAT. 69.977-2



ATESTADO DE PLENO FUNCIONAMENTO

A IGREJA BATISTA - A FÉ - E SOUSA-PB

\_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede nesta cidade de Sousa-PB, no Bairro AS ARTIAS através de seu representante legal, o Presidente abaixo subscrito, vem muito respeitosamente, REQUERER de V.Sa., que se digne em ATESTAR que a referida entidade encontra-se em pleno funcionamento nesta cidade, atendendo as suas finalidades estatutárias.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sousa-PB 16/05/1996

Antônio Sérgio Gomes da Costa  
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

1. Antônio Joaquim de Lima e Silva

End. R. Dr. Manoel Luiz, 06 - Sousa-PB.

2. Francisco das Chagas Marques de Oliveira

End. RUA EMILIO PINES Nº 46 - CENTRO

3. Geni Wantas da Silva

End. Rua: Maria José Marques da Silva nº 53 f. Santana

ESTATUTOS E REGIMENTO INTERNO  
DA IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA

# ESTATUTOS DA IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA

## NOME E SEDE

Art. 1º - A IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA, organizada em 9 de dezembro 1978, é uma comunidade religiosa com sede e foro na cidade de Sousa, Paraíba.

## FINALIDADE

Art. 2º - A finalidade da Igreja é adorar a Deus em Espírito e em verdade, difundir o santo Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo, para salvação dos pecadores, batizar os convertidos, ministrar a Ceia do Senhor, e promover a edificação espiritual dos seus membros por meio do ensino e da prática das Escrituras Sagradas.

## DOUTRINA

Art. 3º - A Igreja tem as Sagradas Escrituras como único regra de fé e conduta. A Igreja, na data da organização, adota a declaração de fé do Seminário Batista do Cariri.

## ASSOCIAÇÕES

Art. 4º - Esta Igreja é independente e autônoma e sobre esta base, voluntariamente, coopera com a Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil.

## MEMBROS

Art. 5º - ADMISSÃO. Esta Igreja compõe-se de ilimitado número de membros de qualquer nacionalidade e condição social, crentes em nosso Senhor Jesus Cristo, e cuja fé seja corroborada por uma vida santa e piedosa conforme preceitua o Evangelho, os quais se declaram em pleno acordo com os princípios, a prática e a doutrina desta Igreja. Dar-se-á a admissão de novos membros por votação da Igreja por um dos meios abaixo-indicados:

- I. - Mediante profissão da fé e batismo por imersão.
- II. - Por carta demissória de outra Igreja da mesma fé e ordem,
- III. - Por testemunho no caso de uma pessoa, batizada por imersão, quando por motivos alheios a sua vontade não seja portadora de carta demissória.
- IV. - Por reconciliação.

Art. 6º - DEMISSÃO. Dar-se-á demissão de membros da Igreja por decisão desta por qualquer das seguintes maneiras:

- I. - Por carta demissória a qualquer membro em plena comunhão, a seu pedido, para fazer parte de outra Igreja da mesma fé e ordem.
- II. - Por exclusão de qualquer membro desde que ele deixe de reger a sua vida pelo padrão dos ensinamentos bíblicos.
- III. - Por inatividade, após um ano, sendo que nos últimos seis meses será colocado no rol de membros inativos sem os direitos normais.

## ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º - A Igreja é um corpo autônomo, independente e soberano, governa-se a si mesma, não se submete a nenhuma outra Igreja ou autoridade eclesiástica.

Art. 8º - A Igreja exerce a sua ação pelos seguintes órgãos:

- I. - SESSÃO ORDINÁRIA: que é a reunião mensal que deverá ser assistida por mais da metade dos membros da Igreja em plena comunhão. No caso de segunda convocação, funcionar com qualquer número.
- II. - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA: podendo haver quantas forem necessárias, sendo exigido para sua legalidade o mesmo que se requer para a sessão ordinária.
- III. - SESSÃO ANUAL: haverá a sessão anual da Igreja no mes de dezembro, para eleger novos oficiais, e ouvir a prestação de conta da diretoria, e resolver negócios, devendo ser assistido por mais da metade dos membros em plena comunhão. No caso de segunda convocação, oito dias depois com qualquer número de membros não sendo inferior a um terço dos membros ativos.

#### DIRETORIA E OFICIAIS

Art. 9º - A Igreja elegerá entre os seus membros, em sessão anual, uma Diretoria composta de: um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretarios, 1º e 2º tesoureiros, e os diáconos.

Art. 10º - A Diretoria compete:

- I. - Administrar o patrimônio da Igreja.
- II. - Representar a Igreja ativa e passivamente em juizo e fora dela.
- III. - Executar as determinações da Igreja.
- IV. - Assinar todos os documentos que se fizerem necessários.
- V. - Prestar contas anuais de sua gestão.

Paragrafo único - As deliberações da Diretoria só terão validade depois de aprovadas pela Igreja em sessão por ela convocada.

#### PATRIMÔNIO

Art. 11º - O patrimônio da Igreja será constituído da totalidade de seus bens móveis e imóveis existentes até a data da publicação do presente estatuto e dos que venha adquirir posteriormente; de fundos pecuniários e títulos, depósitos das receitas pecuniárias por ela levantados.

Parágrafo único - A Igreja só responderá com seus bens pelos compromissos assumidos com a sua expressa autorização.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º - O presente estatuto só poderá ser reformado em sessão especialmente convocada para este fim, pelo voto de dois terços dos membros em plena comunhão com a Igreja, não sendo permitida a mudança de posição desta, como Igreja Batista Neotestamentária.

Art. 13º - Os casos omissos no presente estatuto a Igreja resolverá em suas sessões.

Art. 14º - Os artigos 2º e 3º são irrevogáveis.

Art. 15º - Além dos presentes Estatutos a Igreja poderá adotar um regimento interno.



17  
Art. 16º - A Igreja sustenta-se exclusivamente das ofertas, doações ou dízimos voluntários, não aceitando subvenção ou dádivas de qualquer governo nacional ou estrangeiro.

Art. 17º - Os membros da Igreja não respondem subsidiariamente por nenhum compromisso assumido pelo mesmo.

Art. 18º - Em caso de dissolução da Igreja todos os bens e as suas propriedades passarão para a igreja da mesma fé e ordem mais próxima. Em caso de divisão da Igreja todos os bens e as suas propriedades ficarão para a maioria que se conservar fiel aos princípios dos artigos 2º e 3º.

## PACTO DAS IGREJAS BATISTAS

14  
Tendo sido levados, como cremos, pelo Espírito de Deus a aceitar o Senhor Jesus Cristo, como nosso único e suficiente Salvador, e, tendo batizados sob a nossa fé, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, agora, na presença de Deus, dos anjos e desta congregação, muito solene e alegremente, entramos no seguinte pacto como um corpo em Cristo:

Comprometemo-nos, com o auxílio do Espírito Santo, a andar juntamente no amor cristão; a trabalhar para o progresso desta Igreja no conhecimento, na santidade, no conforto e na espiritualidade; a sustentar os seus cultos, suas doutrinas, suas ordenanças e sua disciplina; a contribuir liberal e regularmente para o sustento do ministério, para as despesas da Igreja, para o auxílio dos pobres, e para a propaganda do Evangelho em todas as nações. Comprometemo-nos também a manter uma devoção particular e familiar, a educar religiosamente os nossos filhos, a procurar a salvação de todos, especialmente dos nossos parentes, amigos e conhecidos; a ser corretos em nossas

transações, fiéis em nossos compromissos, e exemplares em nossa conduta; a ser industriosos nos trabalhos seculares, a evitar a detração, a difamação e a ira; e a ser zelosos em nossos esforços para estender o reino do nosso Salvador.

Além disso, comprometemo-nos a ter cuidado uns dos outros; a lembrar-nos uns dos outros nas orações, a ajudar uns aos outros nas enfermidades e nas necessidades; a cultivar as relações francas e a delicadeza do trato; a não sentir logo as ofensas, mas a estar sempre prontos a perdoá-las, e a buscar quanto possível a paz com todos os homens.

Finalmente, comprometemo-nos quando sairmos deste lugar para outro, a unir-nos a uma outra igreja da mesma fé e ordem em que possamos observar os princípios da Palavra de Deus e o espírito deste pacto.

O Senhor nos abençoe e proteja para que possamos ser fiéis e sinceros até a morte. Amém.

## REGIMENTO INTERNO DA IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA.

I. Fundamentação legal-A criação do presente Regimento está fundamentada no artigo 15 dos Estatutos da Igreja o qual expressamente faculta à igreja a sua elaboração.

II. Divisão do Regimento Interno. Este Regimento está dividido em capítulos que obedece à seguinte ordem:

### Capítulo 1-Da direção dos cultos.

Artigo 1º. A direção dos cultos da igreja deverá ser entregue só a membro da igreja e que apresente bom testemunho cristão.

Artigo 2º. Caberá ao pastor e aos diáconos o devido cuidado no sentido de se fazer cumprir o exposto no artigo primeiro.

Artigo 3º. O púlpito da igreja não deverá ser entregue a quem não professe a Fé e a prática das Igrejas Batistas Regulares do Brasil.

Artigo 4º. A participação em programas normais da igreja, deverá ser efetuada só por membros fiéis e de bom testemunho cristão.

### Capítulo 2-Da relação entre os diversos departamentos da igreja local.

Artigo 5º. A igreja deverá trabalhar de modo harmonioso procurando sempre manter a sua unidade.

Artigo 6º. A liderança espiritual da igreja tem o direito de conhecer todas as atividades da igreja local:

- & Sociedade de Senhoras.
- & Sociedade de Jovens.
- & Sociedade de Homens.
- & E outras sociedades que forem criadas na igreja.

Artigo 7º. Os programas elaborados por cada departamento devem ficar dentro das práticas da igreja.

### Capítulo 3-Da Cooperação da igreja com outras entidades e igrejas.

Artigo 8º. A igreja não cooperará com grupos ou igrejas renovadas de qualquer ramo denominacional.

Artigo 9º. A igreja, no entanto, reconhece o valor de grupos e igrejas fundamentalistas e se identifica com eles espiritualmente embora mantenha sua posição separatista.

Artigo 10º. As diversas instituições existentes no movimento Batista Regular, receberão o apoio da igreja:

- §.Acampamentos.
- §.Seminários.
- §.Organizações missionárias.
- §.Entidades educacionais e filantrópicas.
- §.Associações de igrejas.

Parágrafo único: O apoio da igreja local com relação as entidades acima mencionadas, será mantido enquanto as mesmas se mantiverem fiéis à Palavra de Deus.

#### Capítulo 4- 4.-Da disciplina eclesiástica.

Artigo 11. Fundamentada nas Escrituras Sagradas a igreja pautará por uma vida moral elevada, disciplinando os que, como seus membros, abandonarem o padrão divino.

Artigo 12. A igreja considera, baseada nas Escrituras, como reprováveis entre outras, as seguintes práticas:

- §.As danças mundanas.
- §.O uso de bebidas alcoólicas.
- §.O uso do fumo e outras drogas.
- §.A prostituição, fornicação, adultério.
- §.O homossexualismo em suas diversas manifestações.
- §.O namoro misto.
- §.O casamento misto.
- §.A ligação com sociedades maçônicas.
- §.A união com religiões espiritualistas.

Artigo 13. A disciplina deverá ser aplicada pela igreja local, tendo em vista os seguintes objetivos:

- §.Fazer cumprir o padrão moral das Escrituras.
- §.Recuperar o ofensor.
- §.A disciplina deverá durar enquanto o ofensor não se arrepender e buscar a comunhão da igreja outra vez.
- §.A igreja deverá receber dentro do amor cristão ao membro que volta ao seu seio.

Parágrafo único: Os casos de disciplina deverão ser examinados cuidadosamente pela igreja, e vistos cada um (de per si), considerando-se sempre o testemunho cristão e o ensino das Escrituras.

#### Capítulo 5- 5.-Do comportamento dos membros.

Artigo 14. Espera-se dos membros da igreja um comportamento simples: no falar, no vestir, no agir; dentro e fora da igreja.

Artigo 15. Durante os cultos a igreja exige a mais digna postura dos presentes, devendo-se evitar as modas frívolas e sensuais que venham a tirar do culto a sua espiritualidade.

Artigo 16. Não será tolerado pela igreja, qualquer ato irreverente que prejudique o espírito do culto ao Senhor.

- §.Acampamentos.
- §.Seminários.
- §.Organizações missionárias.
- §.Entidades educacionais e filantrópicas.
- §.Associações de igrejas.

Parágrafo único: O apoio da igreja local com relação as entidades acima mencionadas, será mantido enquanto as mesmas se mantiverem fiéis à Palavra de Deus.

#### Capítulo 4- 4.-Da disciplina eclesiástica.

Artigo 11. Fundamentada nas Escrituras Sagradas a igreja pautará por uma vida moral elevada, disciplinando os que, como seus membros, abandonarem o padrão divino.

Artigo 12. A igreja considera, baseada nas Escrituras, como reprováveis entre outras, as seguintes práticas:

- §.As danças mundanas.
- §.O uso de bebidas alcoólicas.
- §.O uso do fumo e outras drogas.
- §.A prostituição, fornicação, adultério.
- §.O homossexualismo em suas diversas manifestações.
- §.O namoro misto.
- §.O casamento misto.
- §.A ligação com sociedades maçônicas.
- §.A união com religiões espiritualistas.

Artigo 13. A disciplina deverá ser aplicada pela igreja local, tendo em vista os seguintes objetivos:

- §.Fazer cumprir o padrão moral das Escrituras.
- §.Recuperar o ofensor.
- §.A disciplina deverá durar enquanto o ofensor não se arrepender e buscar a comunhão da igreja outra vez.
- §.A igreja deverá receber dentro do amor cristão ao membro que volta ao seu seio.

Parágrafo único: Os casos de disciplina deverão ser examinados cuidadosamente pela igreja, e vistos cada um (de per se), considerando-se sempre o testemunho cristão e o ensino das Escrituras.

#### Capítulo 5- 5.-Do comportamento dos membros.

Artigo 14. Espera-se dos membros da igreja um comportamento simples: no falar, no vestir, no agir; dentro e fora da igreja.

Artigo 15. Durante os cultos a igreja exige a mais digna postura dos presentes, devendo-se evitar as modas frívolas e sensuais que venham a tirar do culto a sua espiritualidade.

Artigo 16. Não será tolerado pela igreja, qualquer ato irreverente que prejudique o espírito do culto ao Senhor.

## REGIMENTO INTERNO DA IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA.

- I. Fundamentação legal.—A criação do presente Regimento está fundamentada no artigo 15 dos Estatutos da Igreja o qual expressamente facultou à igreja a sua elaboração.

- II. Divisão do Regimento Interno. Este Regimento está dividido em capítulos que obedece à seguinte ordem:

### Capítulo 1—Da direção dos cultos.

- Artigo 1º. A direção dos cultos da igreja deverá ser entregue só a membro da igreja e que apresente bom testemunho cristão.
- Artigo 2º. Caberá ao pastor e aos diáconos o devido cuidado no sentido de se fazer cumprir o exposto no artigo primeiro.
- Artigo 3º. O púlpito da igreja não deverá ser entregue a quem não professe a Fé e a prática das Igrejas Batistas Regulares do Brasil.
- Artigo 4º. A participação em programas normais da igreja, deverá ser efetuada só por membros fiéis e de bom testemunho cristão.

### Capítulo 2—Da relação entre os diversos departamentos da igreja local.

- Artigo 5º. A igreja deverá trabalhar de modo harmonioso procurando sempre manter a sua unidade.
- Artigo 6º. A liderança espiritual da igreja tem o direito de conhecer todas as atividades da igreja local:
- & Sociedade de Senhoras.
  - & Sociedade de Jovens.
  - & Sociedade de Homens.
  - & E outras sociedades que forem criadas na igreja.

- Artigo 7º. Os programas elaborados por cada departamento devem ficar dentro das práticas da igreja.

### Capítulo 3—Da Cooperação da igreja com outras entidades e igrejas.

- Artigo 8º. A igreja não cooperará com grupos ou igrejas renovadas de qualquer ramo denominacional.
- Artigo 9º. A igreja, no entanto, reconhece o valor de grupos e igrejas fundamentalistas e se identifica com eles espiritualmente embora mantenha sua posição separatista.
- Artigo 10º. As diversas instituições existentes no movimento Batista Regular, receberão o apoio da igreja:

Artigo 26. À Ceia do Senhor, são convidados todos os membros em plena comunhão com a igreja.

Artigo 27. Outros crentes visitantes poderão participar na Ceia do Senhor, pois ela é oferecida a todos os crentes em Cristo batizados biblicamente e membros de igrejas fundamentalistas.

Artigo 28. Não poderá participar na Ceia do Senhor, qualquer membro que esteja sob disciplina.

Artigo 29. A igreja não oferecerá a Ceia do Senhor em casas particulares mas só na comunhão da assembléia.

Artigo 30. O pastor da igreja é a pessoa autorizada a celebrar a Ceia do Senhor, o que não impede de a igreja conceder tal privilégio a outro pastor visitante desde que seja preenchido o que reza o artigo 24 do capítulo 7.

Artigo 31. Qualquer membro da igreja poderá deixar de participar na Ceia do Senhor por motivo de consciência, mas não é recomendável que assim proceda constantemente.

#### Capítulo 9-Das sessões da igreja.

Artigo 32. As sessões da igreja, salvo motivo de força maior, serão sempre realizadas no primeiro domingo de cada mês.

Artigo 33. As sessões serão moderadas pelo pastor da igreja, embora em casos extraordinários, ou excepcionais, poderão ser moderadas por quem a diretoria indicar.

Artigo 34. As sessões seguirão o modelo parlamentar, cujas características principais, são:

§ 1º. Todo assunto a ser tratado, deve ser apresentado em forma de proposta.

§ 2º. O assunto apresentado só poderá ser discutido ao ser apoiada a proposta.

§ 3º. Após a discursão da proposta, virá a votação.

§ 4º. Uma vez que uma proposta passa pelos trâmites mencionados, não poderá ser mais retirada, devendo-se no caso, se fazer outra proposta.

§ 5º. Para simplificar as sessões, é recomendável que se evite o acúmulo de propostas.

#### Capítulo 10-Da liderança da igreja local.

Artigo 35. Só poderão exercer qualquer cargo na igreja, os membros que:

§ 1º. Tiverem bom testemunho cristão.

§ 2º. Demonstrarem capacidade e desejo de servir à igreja.

Parágrafo único: A liderança da igreja e todos os membros são responsáveis para se fazer cumprir os artigos supra citados.

#### Capítulo 6.-Da aceitação de membros provenientes de outra denominação.

- Artigo 17. A igreja não aceitará qualquer membro vindo de outra denominação por carta.
- Artigo 18. O membro procedente de outra denominação só será aceito como membro da igreja se aceitar as doutrinas e práticas das Igrejas Batistas Regulares do Brasil.
- Artigo 19. A igreja local, caso ache necessário, poderá fazer uma investigação da vida e testemunho do irmão oriundo de outra denominação, se informando da igreja de onde ele procede.
- Artigo 20. O membro de outra denominação, poderá ser aceito pelo seu testemunho cristão demonstrado junto à igreja e pelo mundo, isto é, pelos descrentes.

Parágrafo único: O prazo estabelecido pela igreja para o recebimento do membro nas condições citadas, poderá variar por período de tempo de 1 a 3 anos.

#### Capítulo 7.-Do batismo de novos membros.

- Artigo 21. Serão aceitos para o batismo:
- § 1º. Crentes com a idade mínima de 13 anos.
  - § 2º. Crentes que tenham demonstrado maturidade suficiente para serem batizados.
  - § 3º. Pessoas que desejarem voluntariamente o batismo.
  - § 4. Crentes que tenham bom testemunho diante da igreja e do mundo.
  - § 5. Crentes que estejam dispostos a sustentarem todas as atividades e responsabilidades da igreja.
- Artigo 22. Não serão aceitos como membros da igreja, os que, como crentes não forem casados legalmente em si tratando de adultos que tenham vida em comum.
- Artigo 23. O direito de votar e ser votado, só poderá ser exercido pelo membro que tenha a idade mínima de 17 anos.
- Artigo 24. O pastor da igreja local é a pessoa autorizada pela assembléia para realizar o batismo, o que não impede da igreja local conferir esse privilégio a outro pastor da mesma Fé e Ordem.

#### Capítulo 8.-Da participação na Ceia do Senhor.

- Artigo 25. Salvo motivo de força maior, a Ceia do Senhor será realizada no primeiro domingo de cada mês.



§ Esta igreja só convidará pastor que aceite a sua declaração de fé e provenha de movimento batista e fundamentalista.

§§ 4º O pastor será convidado a servir à igreja por tempo indeterminado, podendo deixar o seu pastorado no tempo que lhe convier.

§§ 5º. Caso o pastor se demita ou seja exonerado pela igreja, o púlpito da mesma deverá ser ocupado por um dos diáconos, ou por alguém apontado por eles.

§§ 6º. A discursão para convidar pastor para a igreja, deverá ser realizada nas seguintes condições:

I. Em sessão ordinária ou extraordinária convocada especificamente com esta finalidade.

II. O convite feito ao pastor deverá contar com o apoio de no mínimo 80% da totalidade de seus membros ativos.

III. O convite deverá ser feito por escrito, levando-se em consideração, a alta função do ministério pastoral.

IV. A igreja, ao convidar o seu pastor, deverá considerar todas as suas necessidades e as de sua família, inclusive a sua remuneração salarial.

V. O salário pastoral deverá ser tal que dê ao ministro condições de vida digna entre os irmãos e na comunidade onde vive.

VI. O pastor só poderá ser exonerado pela igreja, por motivo de natureza grave afete moral ou espiritualmente a igreja, e o desqualifique para continuar o seu ministério nesta congregação.

VII. A exoneração do pastor, só se dará após sindicância promovida pelos diáconos da igreja e comprovadas as acusações que pesem sobre ele; a igreja local, poderá nestes casos, convocar outros obreiros para lhe ajudar na tomada de sua decisão.

§ 3º. Ninguém que não seja membro da igreja, não poderá exercer qualquer cargo.

Artigo 36. Qualquer membro poderá ser reeleito para qualquer cargo na igreja; a igreja, porém, deve dar oportunidade a outros que tenham as devidas qualificações exigidas.

Artigo 37. A igreja escolherá, de preferencia, para o diaconato, membros que preencham relativamente, os requisitos do Novo Testamento:

§ 1º. Que sejam casados legalmente.

§ 2º. Que tenham idoneidade moral.

§ 3º. Que tenham boa experiência cristã e familiar.

§ 4º. Que tenham capacidade de liderança e administração dos bens materiais da igreja.

§ 5º. Que tenham qualificações espirituais para orientar o rebanho de Cristo.

Parágrafo único: Qualquer cargo poderá ser retirado pela igreja do membro que não cumprir a contento a função que lhe foi confiada pela assembleia; isto será feito em sessão ordinária da igreja.

#### Capítulo 11-Da vocação ministerial.

Artigo 38. Os vocacionados para o ministério dentro da igreja local, desejosos de receber uma formação teológica, deverão preencher os seguintes requisitos:

§ 1º. Ser crente de 1 a 3 anos.

§ 2º. Ser membro da igreja.

§ 3º. Participar ativamente dos trabalhos da igreja.

§ 4º. Ter boas qualificações morais e espirituais.

§ 5º. Merecer total confiança da igreja local.

§ 6º. Ter condições físicas e intelectuais que o qualifiquem para o ministério.

§ 7º. Confessar junto à igreja de sua chamada para o serviço do Senhor.

Artigo 39. A igreja local não estará na obrigação direta de custear todas as despesas do candidato que vier a frequentar um Seminário Teológico.

§ 1º. Isto, porém, não impede de que venha a igreja cooperar financeiramente com o candidato.

§ 2º. A igreja deverá cumprir em primeiro lugar com suas responsabilidades essenciais, que são:

I. Sustento pastoral.

II. Manutenção de seus bens materiais.

III. A cooperação com a obra de missões.

Capítulo 12-Da finalidade e vigência do Regimento Interno

- Artigo 40. Este Regimento foi criado com a finalidade de legalizar as práticas da igreja.
- Artigo 41. Este Regimento visa dar maior estabilidade e organização aos trabalhos efetuados pela igreja.
- Artigo 42. O presente Regimento poderá ser modificado no todo ou parcialmente caso não atenda às necessidades da igreja.
- Artigo 43. Este Regimento entrará em vigor a partir de sua aceitação pela igreja em sessão ordinária.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- Artigo 44. O presente Regimento só poderá ser modificado no todo ou parcialmente, nas seguintes condições:
- § 1º. Se for convocada uma sessão só com essa finalidade.
- § 2º. Pelo voto de dois terços dos membros em plena comunhão com a igreja.
- Artigo 45. Este Regimento deverá ser sempre consultado caso surjam dúvidas relacionadas com as práticas da igreja - aqui parcialmente discriminadas.

20  
ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA PARA O ANO  
DE 1996, REALIZADA EM 09 de DEZEMBRO  
DE 1995.

IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA

Escritor Autorizado

Joseph S. Constantino

9/11/05 05 06 07

100-443887-100

do Fernandes, Bento Francisco da Silva e Francisco Gilberto Fernandes fossem reeleitos. Propôs também que o pastor Antonio Sérgio Gomes da Conceição fosse o professor da classe dos adultos, sendo o seu substituto, Francisco das Chagas Marques de Oliveira. O irmão Dorival de Sousa apoiou a proposta que foi acatada por todos. Em seguida, a irmã Maria Cléia do Amor Divino argumentou que a igreja deveria continuar com o clube DANSE no ano de noventa e seis. A irmã Francisca Tavares apoiou esta decisão e todos os membros presentes concordaram. Em apoio a esta decisão da igreja o irmão Francisco Gilberto Fernandes assegurou que pagaria o relicenciamento do clube pela igreja em noventa e seis. Em continuidade, a irmã Marilene Almeida Vieira indicou as irmãs Francisco das Chagas Marques de Oliveira, Sínique Siqueira Ferreira, Benedita Silene C. dos Santos Albuquerque, Maria Dalva Leins Fernandes e Risonelha de Sousa Leins para o trabalho com jovens. Esta proposta de trabalho na igreja foi apoiada pelo irmão Maurício Bonifácio de Almeida e aceita nesta sessão por todos os membros. Seguindo-se a estas decisões foi indicada a irmã Francisca Tavares como zeladora e o irmão José Fernandes Vieira como diretor de patrimônio pela irmã Sínique Siqueira Ferreira que recebeu o apoio de Benedita Silene C. dos Santos Albuquerque. Todos os membros concordaram. Foi proposto, em seguida, pela irmã Marilene Almeida Vieira, apoiada pelo irmão Bento Francisco da Silva a reeleição da irmã Sínique Siqueira Ferreira como superintendente da escola dominical. Todos deram parecer favorável. O irmão Francisco Gilberto Fernandes, apoiado pelo irmão José Fernandes Vieira indicou os seguintes professores para a escola dominical: No maternal foi indicada Geni Dantas da Silva como titular e José Erivaldo Fernandes como substituto; na classe dos principiantes foi indicada Clea de Sousa Leins como titular e Marilene Almeida Vieira como substituta; na classe dos primários foi indicada a irmã Maria Dalva

75.

...

João Fernandes como titular e Francisca Tavares como substituta; na classe dos juniores foi indicada Gildete de Sousa Fernandes como titular e Síntique Siqueira Ferreira como substituta. A igreja mostrou estar em comum acordo. O irmão João Fernandes Vieira sugeriu a igreja a fundação de um trabalho-célula nas casas dos irmãos Francisco Gilberto Fernandes, Bento Francisco da Silva e Antônio Sérgio Gomes da Conceição. A irmã Benedita Silene C. dos Santos Albuquerque concordou e todos apoiaram. Em continuidade a irmã Benedita Silene C. dos Santos Albuquerque propôs que o irmão Francisco das Chagas Marques de Oliveira fosse indicado como presidente dos assuntos financeiros da igreja. O irmão Francisco Gilberto Fernandes apoiou a proposta e todos votaram a favor. O irmão Francisco Gilberto Fernandes, apoiado pelo irmão Bento Francisco da Silva, propôs o encerramento desta sessão. E sendo esta proposta acatada por todos os presentes, deu por concluída a presente ata que após sua leitura e julgamento será assinada por mim e pelo dirigente desta reunião.

8.

*João*  
Pastor

Risonelha de S. Joia  
Secretária

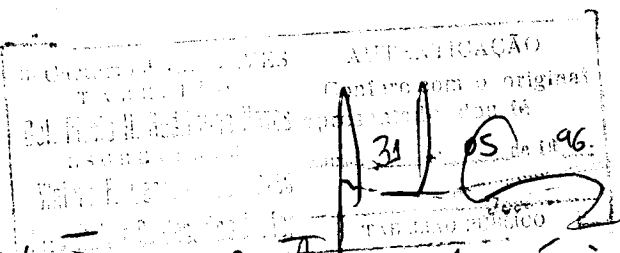
REGISTRO DE ATAS TABELÃO 31 de 05 de 1996 TABELÃO PÚBLICO	AUTENTICAÇÃO Confero com o original apresentado, dou fé 31 de 05 de 1996 TABELÃO PÚBLICO
--	--

Walter da S. Cesarino Júnior  
Autorizado

ATA DE FUNDAÇÃO ( ORGANIZAÇÃO ) DA IGREJA  
BATISTA DA FÉ DE SOUSA  
EM 09 de DEZEMBRO DE 1978

14





Ata da sessão extraordinária, para a organização da igreja, realizada no dia nove de dezembro de milnovecentos e setenta e oito.

A ata foi iniciada com a apresentação da organização do concílio, repassado pelos seguintes irmãos: Raimundo Vicente e Bento da Igreja local; Irmão Olívia de Jesus Nascimento e Mônica Diáz de Sá Barreto da Igreja Batista de Barbalha; irmãos Francisco Bacunda de Medeiros, José Jairo do Amaral e Antônio de Valdemir David de Sousa da Igreja Batista do Igatu. Os irmãos Maurício Andrade e Ivonata / de Oliveira Carneiro da Igreja Batista da Paz; do pastor David de Lima Gino da 1ª Igreja Batista do Juazeiro; também dos missionários: pastores Jerry / Leonard, Wren Barber, Raimundo Reine e a missionária Janice. O pastor David de Lima Gino que presidia no momento a sessão fez menção aos nomes do missionário da Igreja Batista Regular de Sousa, o pastor Walter e as irmãs Judith, Thilz e Marneide. Em seguida foi feita a leitura dos membros do concílio acima escritos. Depois de organizado o concílio, todos os irmãos podiam falar, porém na hora de votação só os membros do concílio gozavam deste direito. Houve três orações por irmãos voluntários. Em prosseguimento foi examinada a declaração de fé

e os estatutos da Igreja. No término do exame da declaração de fé, o pastor Jerry perguntou: - "O que a Igreja irá fazer com esta declaração de fé?" e por que ela não estava incluída nos estatutos. Analisando em seguida a doutrina da Igreja foi acrescentado, que na data da organização, nove de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito, a declaração de fé do Seminário do Cairu foi por nós aceita e abaixo esta transcrita - Nós cremos: 1) Na inspiração verbal e plenária das Escrituras do Velho Testamento e novo Testamento nos textos originais, as quais são a autoridade suprema e final em matéria de fé e prática; 2) da Trindade de Deus; um Deus eternamente existente em três pessoas iguais e distintas Pai, Filho e Espírito Santo; 3) da deidade, nascimento virginal, morte expiatória, ressurreição e na vida premilenária de Jesus Cristo; 4) da personalidade do Espírito Santo, por quem os crentes são chamados, regenerados, batizados em Cristo, crentes, habitados, dirigidos em união, instruídos e selados para toda eternidade; 5) da criação do universo e do homem por decreto e ação imediata de Deus e sem processo (algum de evolução); 6) da queda, depravação total e culpa de toda raça humana em Adão; 7) da salvação eterna de todos os crentes, remidos por Cristo e regenerados pelo Espírito Santo; a Igreja de

Com doze votos a favor e um contra. No artigo quinto parágrafo primeiro referente a Admissão de membros foram substituídas as palavras "decisão" por "votação" e em lugar de "declaração de fé" ficar "por testemunho". No artigo sexto parágrafo três ficou desta forma: "Por inatividade após um ano, sendo que nos seis últimos meses será colocado no rol de membros inativos sem os direitos normais." proposto por irmã Dinorcia e apoiado pelo pastor Walter, aceito por unanimidade. No artigo nono parágrafo três foi discutido ficando da seguinte maneira: "Haverá a sessão anual da igreja por datar no mês de dezembro para eleger novos oficiais, e ouvir a prestação de contas da diretoria, e resolver negócios, devendo ser assistida por mais da metade dos membros em plena comunhão. No caso de segunda convocação oito dias depois com qualquer número não sendo inferior a um terço dos membros ativos." O artigo décimo primeiro parágrafo único foi transferido para o Regimento interno da igreja, e no parágrafo quinto do mesmo artigo foram extintas as palavras especial e extraordinária. Nas disposições gerais do décimo oitavo artigo foram retirados os termos: "feitos pelos membros e amigos". No vigésimo artigo foi feita uma subdivisão em dois um em caso de

19...  
B. G. M. J. SENEVES  
TABELA  
DA FÉ DO BAPTISTAS  
DO BRASIL  
BAPTISTA E. CESARINO R. VIEIRA  
José Walter S. Cesarino Jnr

AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original  
apresentado, dou fé.  
31 de 05 de 1990  
José Walter da S. Cesarino Júnior  
Escrevente Autorizado

- Instrumentária como sendo uma assem-  
bléia local e autônoma de crentes, batizados  
unidos em concerto para desempenhar  
a evangelização mundial, e auto-edifi-  
cação e o auto-sustento, e manterem culto  
de louvor prouente a Deus Trino; 9) As duas  
ordenanças da igreja são o batismo e  
a Ceia do Senhor, a serem ministradas  
aos crentes, obedientes a Jesus Cristo  
e a sua palavra. O batismo é a imersão  
do crente em água e um pré-requisi-  
to para a sua união com a igreja local  
como membro. Os oficiais são pastor e  
diáconos; 10) A igreja deve cooperar voluntaria-  
mente e exclusivamente com outras da mes-  
ma fé e prática, e os crentes e a igreja  
devem manter-se separados do mun-  
do e da apostasia eclesiástica e  
não se envolverem na grande igreja  
ecumênica e mudana; 11) da existen-  
cia pessoal de anjos, demônios e sata-  
nas; 12) da imortalidade e bemaventuran-  
ça eterna de todos crentes e na ressur-  
reição corporal e arrebatamento antes  
da grande tribulação; 13) da resurrei-  
ção corporal e por milenário, no juízo,  
punição e sofrimento eterno de todos os  
injustos. No artigo quarto dos estatutos  
mudamos em alguns termos, assim  
ficando: Esta igreja é autônoma e  
sobre esta base voluntariamente, coopera  
com as igrejas Batistas Regulares do  
Brasil, houve uma proposta pelo irmão  
Walter e apoio do pastor Maurício,

dissolução, todos os bens passariam para a igreja da Mesona e em caso de divisão da igreja, todos os bens ficariam para a maioria que se considerasse fiel aos princípios do artigo dois e três. O pastor David logo após estes exames feitos, passou a palavra ao pastor Walter para falar alguma coisa a respeito dos seguintes aspectos: financeiro, número de membros, liderança, estabilidade dos membros. Mediante as estatutos, declaração e fé e nas condições apresentadas pelo pastor, o irmão Leonata propôs e o irmão bacerde apoiou, sendo aceita unanimemente a nossa organização. Depois de aprovada a organização, para finalizar o pastor Maurício propôs e o pastor Walter apoiou a dissolução do concílio.

data: Gara consta dintr-o clădire și o prezentare  
ata: 11.11.19

Ala.  
Sousa, 9 de dezembro de 1978 - Siqueira Ferreira

Depois de lida a ata do dia nove de dezembro de mil novecentos e setenta e oito achamos por certo fazer a seguinte emenda na linha 125 (cento e vinte cinco) em lugar de V do mes- mo artigo ficar "V" do parágrafo ~~seg-~~ (onze)

<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL</b> COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		<b>CGC</b> 00.537.920/0001-55	
ATIVIDADE PRINCIPAL 00.21		VÁLIDO ATÉ 00.21	
CPF DO RESPONSÁVEL 036.381.504-10		NATUREZA JURÍDICA 00.00010000	
ORÇÃO DA RF 0430198 - SOUSA		TIPO DA BASTILHA DA RF DE SOUSA 0430198 - SOUSA	
NOME DE FANTASIA 0430198 - SOUSA		NOME DE FANTASIA 0430198 - SOUSA	
LOGRADOURO 0430198 - SOUSA		LOGRADOURO 0430198 - SOUSA	
NÚMERO 0430198 - SOUSA		NÚMERO 0430198 - SOUSA	
COMPLEMENTO 0430198 - SOUSA		COMPLEMENTO 0430198 - SOUSA	
BAIRRO / DISTRITO 0430198 - SOUSA		BAIRRO / DISTRITO 0430198 - SOUSA	
CEP 0430198 - SOUSA		CEP 0430198 - SOUSA	
UF 0430198 - SOUSA		UF 0430198 - SOUSA	
MUNICÍPIO 0430198 - SOUSA		MUNICÍPIO 0430198 - SOUSA	
0430198 - SOUSA		0430198 - SOUSA	



*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

Ofício nº 1205/GP

João Pessoa, em 27 de junho de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 470/96, de autoria do nobre Deputado **INALDO LEITÃO**, que Reconhece de utilidade pública a IGREJA BATISTA DA FÉ DE SOUSA, e dá outras providências.

Atenciosamente,

**CARLOS DUNGA**  
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor  
JOSE TARCINO MACHADO  
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
N E S T A /



*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

AUTÓGRAFO Nº 112

PROJETO DE LEI Nº 470/96

Reconhece de Utilidade Pública a IGREJA  
BATISTA DA FÉ DE SOUSA, e dá outras pro-  
vidências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

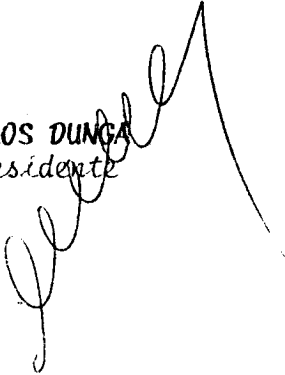
Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a IGREJA BATISTA DA  
FÉ DE SOUSA, com sede e foro na cidade de Sousa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pago da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa,  
27 de junho de 1996.

CARLOS DUNGA  
Presidente









## ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial

DESTA DATA

Em 03 de JULHO de 1996

GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

*caminha*

LEI Nº 6.319 , DE 02 DE JULHO DE 1996

Publicado Diário Oficial

DESTA DATA

Em 03 de JULHO de 1996

GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

*caminha*

**Reconhece de Utilidade Pública a IGREJA  
BATISTA DA FÉ DE SOUSA, e dá outras  
providências.**

### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei;

**Art. 1º** - Fica reconhecida de utilidade pública a IGREJA BATISTA  
DA FÉ DE SOUSA, com sede e foro na Cidade de Sousa, neste Estado.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**, em  
João Pessoa, 02 de julho de 1996; 107º da Proclamação da República.

  
**JOSE TARGINO MARANHÃO**  
GOVERNADOR

  
**SOLOM HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**  
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR